



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000634-25.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Cesar Alexandre Rosalem**
Requerido: **OI MÓVEL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que possui contrato de prestação de serviços de telefonia junto à ré, a qual lhe disponibilizava o acesso ao saldo de consumo de voz no próprio telefone celular.

Alegou ainda que sem qualquer justificativa a ré cessou esse serviço, o que lhe gera dificuldades porque fica sem a possibilidade de controlar o uso do saldo eventualmente em aberto.

Almeja à condenação da mesma ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em disponibilizar a opção que vigia anteriormente.

Os documentos amealhados pelo autor respaldam a contento sua versão, merecendo destaque o de fl. 05 que denota que realmente a ré deixou de lhe disponibilizar o acesso ao seu saldo de consumo de voz por meio do telefone celular.

Já a ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor e tampouco se manifestou sobre o aludido documento.

Limitou-se a arguir a inexistência de defeito na prestação dos serviços a seu cargo, bem como a invocar que a hipótese em comento não contemplaria danos morais passíveis de ressarcimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Esse último argumento, aliás, deixa de ser analisado porque a matéria não foi objeto de postulação em momento algum.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Se a ré disponibilizava ao autor determinado serviço (o que não foi negado), inexistia razão para que deixasse de fazê-lo, até porque nenhum respaldo foi apresentado para tanto.

É de rigor em consequência o retorno ao status quo ante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a disponibilizar ao autor no prazo máximo de dez dias a opção em seu telefone celular do serviço de consulta ao saldo de consumo de voz que ele porventura possua durante o mês, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de 7.000,00 (sete mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**